

CONVÊNIO - 236
E. R. - S. J. Rio PretoJUCESP PROTOCOLO
0.160.226/21-1**INSTRUMENTO PARTICULAR DA 13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL****LUMIÈRE VEÍCULOS LIMITADA**

Pelo presente instrumento particular, que entre si celebram os abaixo identificados e ao final assinados:

- **LUIZ CARLOS BIANCHINI**, brasileiro, maior, casado pelo regime da Separação de Bens, empresário, nascido em data de 26/11/1960, natural de Catiguá-SP, portador do RG. nº 9.250.276 SSP/SP, inscrito no CPF. sob nº 076.556.138-77, residente e domiciliado na Rua Alimedio Theodoro de Oliveira, nº 245, Condomínio Village Santa Helena, CEP. 15.091-620, nesta cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.
- **JOSEMEIRE TICIANELLI BIANCHINI**, brasileira, maior, casada pelo regime da Separação de Bens, empresária, nascida em data de 22/09/1960, natural de Bariri-SP, portadora do RG. 11.865.400-7 SSP/SP, inscrita no CPF. sob o nº 020.588.148-35, residente e domiciliada na Rua Alimedio Theodoro de Oliveira, nº 245, Condomínio Village Santa Helena, CEP. 15.091-620, nesta cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Únicos sócios componentes da Sociedade Limitada de natureza Empresária, que vem girando sob a denominação social de **LUMIÈRE VEÍCULOS LIMITADA**, com sede social na Avenida Bady Bassitt, nº 4.999 e 4.979, Vila Bancária, CEP. 15.015-700, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com contrato social devidamente arquivado e registrado na JUCESP sob o nº (NIRE) 35216975394 em sessão de 13 de Agosto de 2.001, e última alteração sob o nº 17.630/19-8 em sessão de 10/01/2.019, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.602.269/0001-07, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual mediante o que segue:

PRIMEIRA

Fica comunicado as seguintes alterações:

- a) O endereço da sede da sociedade passa a ser: **Avenida Bady Bassitt, nº 4.999, Vila Bancária, CEP. 15.015-700, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.**
- b) O endereço da filial passa a ser: **Avenida Brasília, nº 2.652, Jardim Nova York, CEP. 16.018-000, Araçatuba, Estado de São Paulo. (NIRE 35904130605, CNPJ 04.602.269/0007-94)**

SEGUNDA

As demais cláusulas contidas no Contrato Primitivo, não abrangidas ou alteradas pelo presente instrumento, e que não contrariem as disposições legais contidas na Lei 10.406/2002, continuam em pleno vigor.

00139
22 02 21

TERCEIRA

Após efetivadas as alterações acima, os sócios deliberam de pleno e comum acordo consolidar as cláusulas contratuais, cujo Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL

LUMIÈRE VEÍCULOS LIMITADA

CLÁUSULA I

A sociedade terá prazo de duração por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 09 de Agosto de 2.001, e girará sob a denominação social de **LUMIÈRE VEÍCULOS LIMITADA**, com sua sede social na Avenida Bady Bassitt, nº 4.999, V. Bancária, CEP. 15.015-700, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais ou escritórios de representação em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo Único - A sociedade possui as seguintes filiais, todas com atividades idênticas ao estabelecimento matriz:

- 1- Avenida Antonio Canhetti, nº 319, Jardim Cambuy, CEP. 19.061-545, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (NIRE 35902848541 e CNPJ 04.602.269/0003-60);
- 2- Avenida Brasília, nº 2.652, Jardim Nova Yorque, CEP. 16.018-000, Araçatuba, Estado de São Paulo. (NIRE 35904130605, CNPJ 04.602.269/0007-94);

CLÁUSULA II

O capital social é de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada, já integralizado em moeda corrente nacional, o qual tem a seguinte distribuição:

- **LUIZ CARLOS BIANCHINI**, 1.500.000 Quotas..... R\$ 1.500.000,00
- **JOSEMEIRE TICIANELLI BIANCHINI**, 1.500.000 Quotas..... R\$ 1.500.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, em conformidade com o disposto no Art. 1.052 da Lei 10.406/2002, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

12.

Parágrafo Segundo - Quando da eventual retirada ou exclusão de qualquer dos sócios, o sócio que se retirar ou for excluído, após a quitação de todas as suas obrigações perante a sociedade, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, ficará livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores à data da averbação de sua saída do quadro societário.

Parágrafo Terceiro - Em consequência, uma vez cumpridas as disposições da presente cláusula, não incidirá o disposto no parágrafo único do Art. 1.003 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA III

A sociedade terá por objetivo social o **Comércio Varejista de Veículos Novos e Usados, Peças e Acessórios a Prestação de Serviços de Funilaria, Mecânica, Pintura, Sistema Elétrico e Tapeçaria, Atividades de Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios em Geral, exceto Imobiliários.** (CNAEs 45.11-1/01 45.11-1/02 45.20-0/01 45.30-7/03, 45.20-0/02, 45.20-0/03 e 74.90-1/04)

CLÁUSULA IV

Os sócios descritos no preâmbulo deste contrato terão a denominação de diretores, com as seguintes distinções:

- LUIZ CARLOS BIANCHINI

- *Diretor Comercial*

- JOSEMEIRE TICIANELLI BIANCHINI

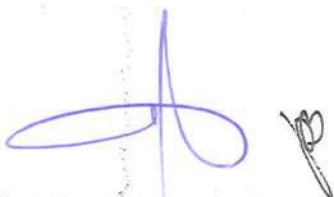
- *Diretora Administrativa*

CLÁUSULA V

As deliberações sociais serão tomadas através de reuniões de sócios, nos termos dos artigos 1.071 a 1.080 da Lei nº 10.406 de 10/janeiro/2002.

Parágrafo Primeiro - Além de outras matérias indicadas na Lei ou no Contrato Social, os sócios devem deliberar sobre:

- I- Aprovação das contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social;
- II- Designação dos administradores em ato separado do presente contrato social;
- III- Destituição de administradores;
- IV- Fixação da remuneração dos administradores;



- V- Modificação do contrato social;
- VI- Incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação;
- VII - Nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VIII- Pedido de Recuperação Judicial;
- IX- Alienação de bens de valores relevantes e fundos de comércio, fianças e avais;
- X- Eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal.
- XI- Outros assuntos de interesse social;

Parágrafo Segundo - As decisões dos sócios tomadas em reuniões inseridas no parágrafo primeiro deste artigo, deverão observar o seguinte quorum:

- A- Nos incisos de V, VI e IX, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social.
- B- Nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social.
- C- Nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

Parágrafo Terceiro - A convocação dos sócios para as reuniões será feita na imprensa, com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores, de sócio e do conselho fiscal, se houver.

- I- A convocação pela imprensa poderá ser dispensada com a presença de todos os sócios à reunião, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia.
- II- A reunião instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em segunda, com qualquer número.
- III- O sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

IV- A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes e ou contabilista nomeado para tal.

V- As deliberações sociais, que dependam de reunião de sócios, mas que contenham em seus instrumentos constitutivos a assinatura conjunta de todos os sócios, dispensa tal formalidade legal(reunião).

Parágrafo Quarto - A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião, que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei nº 10.406 de 10/janeiro/ 2002.

I- Entende-se por justa causa, a pratica de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em assembléias.

II- Ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião específica, nos termos do parágrafo 3º deste artigo, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da assembléia.

III - Deliberando a reunião pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12(doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

IV - Quando a exclusão ocorrer em virtude de não integralização de capital, far-se-á a restituição, apenas dos valores pagos. Não havendo qualquer integralização, ao sócio excluído não caberá qualquer direito.

CLÁUSULA VI

A sociedade será administrada pelo Diretor Comercial **LUIZ CARLOS BIANCHINI**, que será o **ADMINISTRADOR**, conforme definido na Lei 10.406/2002, e assinará individualmente pela mesma, mas tão somente nos negócios relativos aos objetivos sociais, inclusive toda a movimentação bancária, bem como representará a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extra-judicialmente, sempre zelando pelos seus interesses. Caso venha a infringir o disposto nesta cláusula, ficará individualmente responsável pelas obrigações e compromissos assumidos.

Parágrafo Único - O disposto nesta cláusula, não se aplica para a contratação de empréstimos financeiros e para a aquisição ou alienação de bens imóveis, casos em que será obrigatório que tais documentos ou contratos, sejam assinados pelos dois (2) diretores acima nomeados.

22 02 21

CLÁUSULA VII

A sociedade será administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente por um ou mais administradores, que serão nomeados em ato separado, nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406 de 10/janeiro/2002.

Parágrafo Primeiro - Caso a sociedade tenha necessidade de destituir administradores não sócios, cujo ato será feito por reunião, haverá, obrigatoriamente, a aprovação dos detentores da maioria do capital social.

Parágrafo Segundo - No caso de sócio administrador o quorum de deliberação será de 2/3 do capital social.

Parágrafo Terceiro - Compete aos administradores:

- A- A prática de quaisquer atos de administração e de gestão financeira, no interesse social;
- B- A representação da sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições ou entidades de direito público ou privado;
- C- Assegurar o pleno funcionamento da sociedade;
- D- Fazer cumprir as presentes disposições contratuais e as deliberações emanadas das assembleias dos sócios,
- E- Os administradores poderão agir, sempre individualmente e/ou em conjunto, representando e obrigando a sociedade, em todos os atos negociais;
- F- Os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.
- G- Pelo efetivo exercício da gestão social, os administradores poderão fazer jus a uma retirada mensal pró-labore, que será fixada pelos sócios.

Parágrafo Quarto - É vedado ao administrador conceder avais, endossos e cauções em favor de terceiros e o uso do nome da sociedade em negócios particulares. Serão considerados nulos de pleno direito, e de responsabilidade exclusiva e pessoal do administrador, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula.



UNOESP
22 02 21

CLÁUSULA VIII

Os diretores e o(s) Administrador(es) receberão a título de Pró-Labore uma remuneração mensal, que será fixada pelo consenso dos sócios, dentro das disponibilidades financeiras da sociedade, e que será levada a débito da conta "Despesas Operacionais", ficando-lhes facultada a utilização deste direito.

CLÁUSULA IX

O exercício social coincidirá com o ano civil brasileiro, encerrando-se portanto no dia 31 de Dezembro de cada ano, quando serão elaborados o Inventário, o Balanço Geral e a Demonstração de Resultados, sendo que se apurado lucros, estes terão a destinação que os sócios decidirem e, no caso de prejuízos, serão suportados pelos sócios proporcionalmente à participação de cada um no total do capital social, podendo serem levantados Balanços e Demonstrações intermediárias, a critério dos sócios.

Parágrafo Único - Mensalmente será elaborado um Balanço, podendo os Lucros Apurados serem distribuídos aos sócios, em partes proporcionais às suas quotas de capital, integral ou parcialmente, conforme as disponibilidades financeiras da sociedade, obedecendo-se sempre as disposições contidas na Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA X

As quotas do capital social não poderão ser cedidas ou transferidas, no todo ou parte, a terceiros, sem o prévio e expresso consentimento dos demais sócios, na forma estabelecida em Lei.

Parágrafo Primeiro - A sociedade em primeiro lugar e os demais sócios quotistas, na proporção de suas quotas, após atendidas as disposições legais, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio cedente.

Parágrafo Segundo - O quotista que desejar alienar no todo ou em parte as suas quotas já devidamente integralizadas, comunicará a sociedade e os demais sócios, esta sua intenção através de carta protocolada, indicando a quantidade, o preço e as condições de pagamento. Se não exercido o direito de preferência dentro do prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data em que o cedente comunicou a sociedade e os sócios, ficará este expressamente liberado, para cedê-las ou transferi-las a terceiros interessados.

CLÁUSULA XI

Em caso de morte, interdição, inabilitação e retirada de qualquer um dos sócios quotistas, a sociedade não se dissolverá. O sócio remanescente procederá no prazo de 30 (trinta)

dias, o levantamento de um inventário, seguido de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - O Balanço Patrimonial será elaborado considerando os valores de mercado (reais) dos bens, direitos e obrigações constantes do patrimônio social, à data do evento.

Parágrafo Segundo - Os valores serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, da seguinte forma: 30% (trinta por cento) 30 dias após a elaboração do Balanço Patrimonial e os 70% (setenta por cento) restantes, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial mencionada neste parágrafo.

Parágrafo Terceiro - As parcelas serão corrigidas pela variação do IGPM ou outro indexador que vier a substituí-lo, ocorrida entre a data da apuração dos haveres e a data do seu efetivo pagamento

CLÁUSULA XII

Em caso de dissolução da sociedade, será liquidante o sócio, nomeado em primeiro lugar no preâmbulo deste instrumento, desde que não foi tal sócio o ensejador da dissolução, sendo ainda, em caso de impedimentos legais, nomeado o seguinte, obedecendo-se tal ordem de nomeação e disposições desta cláusula.

CLÁUSULA XIII

Os casos omissos no presente instrumento serão regulados de acordo com as disposições contidas nos Artigos 997 a 1.038 da Lei 10.406/2002 e, subsidiariamente pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), ficando eleito o Foro da Comarca de São José do Rio Preto, como competente para dirimir dúvidas ou questões, que porventura possam advir do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que privilegiado.

CLÁUSULA XIV

Os sócios/administrador(es) expressamente declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º do CC/2002)



JUCESP
22 02 21

Por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes e que também assinam.

São José do Rio Preto, 12 de Fevereiro de 2021

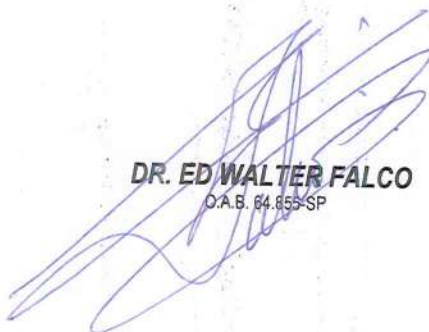


LUIZ CARLOS BIANCHINI



JOSEMEIRE TICIANELLI BIANCHINI

Visto do Advogado



DR. ED WALTER FALCO
O.A.B. 64.855-SP

